Análise de Conjuntura – fevereiro de 2018

INTRODUÇÃO

Seria repetitivo afirmar que apresentamos a análise de conjuntura deste mês num momento delicado do país, pois ao menos desde o início de 2015 vivenciamos um aprofundamento da desestabilização política e econômica do país e assistimos o crescimento de discursos de ódio e preconceitos acima do que se vivenciava em terras brasileiras nos anos anteriores. Alguns poderiam afirmar que desde as manifestações de junho de 2013 esse processo se agudizou.

Como se poderá verificar ao longo da análise, alguns aspectos da conjuntura apresentam especificidades com a ocorrência do ano eleitoral no terceiro ano do golpe de 2016. Toda a análise de conjuntura refere-se ao contexto nacional. Apresentamos uma análise do que foi a economia em 2017, do contexto eleitoral de 2018 com seus impasses, da intervenção federal militar no Rio de Janeiro, de algumas expressões dos movimentos sociais, do crescimento do discurso de ódio e uma análise um pouco maior do papel do judiciário brasileiro neste momento.

Como o tamanho do presente texto não permite ir em análises mais amplas com resgates históricos que contribuiriam melhor para compreensão de alguns desses processos vivenciados atualmente, apresentamos ao final duas obras de pesquisadores brasileiros que tem repercutido em território nacional pelas interessantes e polêmicas análises que apresentam.

2017: ANO DE RECUPERAÇÃO OU DECOMPOSIÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL?

A crise brasileira, como em outros países, inclusive nos chamados países desenvolvidos, não é apenas econômica. Uma mudança de época aponta um déficit civilizatório. O desmonte da proteção social e o esvaziamento dos direitos sociais conquistados na Constituição Federal são resultados da submissão dos governos às políticas de austeridade fiscal, apresentadas como condições para retomar o crescimento econômico.

A crise apresenta muitas facetes: econômica com a recessão, a baixa taxa de investimento e o alto desemprego; política com a perda de credibilidade da gestão política e dos próprios políticos; e institucional com a judicialização da política e a politização do judiciário.

Não se realizou a expectativa do governo de uma rápida recuperação do crescimento econômico para acalmar os ânimos exacerbados de uma sociedade dividida em posições de classe, ódio e rancor. A pregação de uma união nacional, depois do impedimento da Dilma, não prosperou. As reformas aprovadas pelo Congresso e em discussão no âmbito parlamentar apontam um crescente descrédito da população quanto à saída das crises.

O PIB caiu 3,8 % em 2015, mais 3,6 % em 2016, acumulando uma queda de 7,2 % no dois anos. A expectativa para 2017 é um crescimento do PIB de 0,5 %. No início de 2017, o impacto da excelente safra agrícola, favorecida por fatores climáticos, reduzindo o preço dos alimentos e a liberação dos recursos do FGTS deu um salto positivo, mas episódico e pontual. No segundo semestre, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central apresentou queda de 0,38 % em agosto na comparação com julho. Após quatro meses de crescimento, a produção industrial caiu 1,4 % em agosto. Uma relativa recuperação da indústria ao longo dos dois primeiros trimestres ficou insuficiente para indicar uma retomada. A recessão fez que a formação bruta de capital fixo (o total de investimentos realizados na economia) caísse para 14 %. No caso do BNDS, os desembolsos totais de 4,33 % do PIB em 2010 despencaram para 1,28 % em 2017.

Em um quadro de crise, os investimentos públicos devem se contrapor à restrição de gastos das empresas e famílias, por uma política anticíclica de incremento do investimento público. Os argumentos do governo e do mundo dos negócios para aprovar a PEC do Teto (EC 95) para os gastos públicos não se sustentam. O Estado não pode agir como uma empresa ou família porque tem obrigações que lhe são próprias. Hoje, o governo tem consciência da impossibilidade prática de respeitar essa PEC do Teto sem incorrer crime de responsabilidade fiscal. Por isso, já está querendo, para o ano 2018, flexibilizar essa norma, hoje constitucional. Daí se entende a necessidade, para o governo, da Reforma da Previdência Social em vista de cortes significativos em vez de limitar os gastos financeiros do serviço da dívida pública, que representa mais de 40 % do orçamento, um pouco mais que o da Previdência Social.

A política de recessão econômica que começou em 2015 e que foi aprofundada pelo governo atual conseguiu reduzir significativamente a inflação, abrindo espaço para reduzir concomitantemente a baixa da taxa básica da economia (SELIC). Mas esta taxa ainda está ficando muito elevada, fora dos padrões internacionais (7,0 % ao ano com uma taxa de inflação de menos de 3 %). Essa baixa da taxa básica da economia não se reflete numa diminuição da taxa de juros no crédito às empresas e pessoas físicas o que não cria condições favoráveis ao investimento, produção e consumo privado.

No primeiro semestre de 2017, a taxa de desemprego caiu de 13 % para 12,8 %, diminuição devida ao aumento do emprego informal, em meio à fraca atividade econômica. Comparando com julho de 2016, houve queda de 2,9 % no emprego no setor privado com carteira assinada e aumento de 5.6 % sem carteira assinada. Com a crise, a Reforma trabalhista favorece o trabalho informal e por conta própria, o que diminui a arrecadação para a Previdência Social por falta das contribuições das empresas e dos trabalhadores que caíram na informalidade e/ou optaram para a conta própria.

Dados da PNAD Continua evidenciam alta da desigualdade social a partir do terceiro trimestre de 2017, explicada pelo crescimento da renda dos mais ricos concomitante à queda da renda dos mais pobres. Comparando o segundo trimestre de 2017 com o terceiro trimestre de 2015, houve aumento da renda dos mais ricos de mais de 1,3 % e diminuição de renda de 3,4 % para os mais pobres.

A política de aprofundamento da austeridade é incompatível com a democracia, pois, fere a ainda tímida construção da cidadania. O desmonte dos direitos fundamentais e sociais garantidos na Constituição Federal se opera para salvaguardar os interesses do rentismo financeiro, com juros reais ainda dentre os mais altos do mundo. Trata-se de uma política (ir)responsável que, longe de apontar para uma retomada do crescimento econômico, produz uma verdadeira decomposição econômica, social e política.

ELEIÇÕES 2018: IMPASSES E POSSIBILIDADES

O resultado por unanimidade condenando Lula (PT) em decisão colegiada pelo TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), ampliando a pena para 12 anos e um mês, pode significar uma grande alteração no quadro de disputa para as eleições presidenciais neste ano, em função da popularidade da candidatura do ex-presidente conforme institutos de pesquisa. Em que pese as polêmicas sobre o julgamento, essa mudança de quadro poderá ficar em suspenso enquanto houver possibilidades de recursos. O PT não anunciou ainda nenhum plano "B" caso se confirme a impossibilidade da candidatura de Lula.

As pesquisas realizadas logo após a condenação (nos dias 29 e 30 de janeiro) revelam que a maior parte da intenção de voto no candidato que teria a possibilidade de lograr a vitória no primeiro turno se transformaria em votos nulos ou brancos e uma terça parte migraria para Ciro Gomes (PDT) e Marina Silva (Rede), sendo ainda insuficientes para que estes se apresentem como "confiáveis" ao capital financeiro internacional. Outros afirmam uma grande capacidade de transferência de votos, dada a situação de acirramento das posições políticas e a "vitimização" que o Judiciário o logrou colocar.

Bolsonaro (PSL) assume liderança nas intenções de voto para presidência neste quadro, todavia, revela que teria chegado ao teto de suas possibilidades, porque desde novembro de 2017 não amplia de forma significativa suas intenções de voto. Mas tem realizado incursões para se "apresentar como candidato viável" para o mercado, que ainda não se convenceu. Poderia ele repetir o fenômeno "Trump" como ocorreu nos Estados Unidos?

Os setores que sustentam as políticas implementadas por Temer e já o livraram por duas vezes de ser julgado por corrupção não conseguem apresentar uma candidatura viável. O candidato predileto do PSDB, Alkmin não consegue avançar nas intenções de voto e possui resistências dentro do próprio partido; nem tão pouco o prefeito Dória conseguiu ampliar espaço dentro e fora da legenda. As tentativas de apresentar candidaturas "fora da política", como Luciano Huck revelaram pouco poder de atração do eleitorado.

Há movimentações de setores evangélicos pentecostais que pretendem eleger 30% dos parlamentares nas próximas eleições. Bem como ocorreu um "processo seletivo" para conquistar pessoas que se dispusessem a participar de "formação" para obterem financiamento que lhes garantissem a vitória para o poder legislativo.

Analistas políticos afirmam a necessidade de ocorrerem as eleições para "legitimar" o golpe implementado em 2016, realizado com apoio da grande mídia e de setores importantes do Judiciário brasileiro. Uma não ocorrência das eleições poderia revelar para a sociedade o jogo de poder existente no golpe. As eleições não esgotam a democracia, mas são parte imprescindível do processo. Sem elas não se pode avançar no resgate da democracia rompida no país. Por isso, discursos que afirmam a possibilidade de não ocorreram eleições são perniciosos à reconstrução democrática, tenham sua origem em quem quer mudança ou manutenção da atual ordem vigente no país.

Os ataques aos direitos sociais e trabalhistas antes consagrados na Constituição Federal somado ao congelamento de investimentos em políticas sociais e ao crescente desemprego agravam a situação das famílias no país, fazendo com que a população mais pobre, duramente atingida pelas medidas aprovadas pelo Congresso Nacional, faça uma comparação entre sua situação atual e aquela que tinham há seis anos. Até esse momento nenhuma campanha midiática patrocinada pelo atual governo federal convenceu a população do contrário.

Essa situação de ampliação acelerada da desigualdade social levou a uma renovação de vigor parlamentar dos partidos de esquerda no congresso, visto que os deputados e senadores destes partidos assumiram liderança no enfrentamento das medidas apresentadas pelo Governo Temer no Congresso, retomando a trincheira de defesa dos direitos da classe trabalhadora, resgatando sua proximidade com o movimento sindical. O PT, por exemplo, retornou aos 20% de apreço do eleitorado brasileiro, segundo algumas pesquisas. Há uma radicalização do discurso da base partidária que não aprova as medidas neoliberais adotadas pelo Congresso, todavia a direção partidária não consegue canalizar essa força, visto que fica titubeando à procura de alternativas à candidatura Lula ou em sua manutenção.

Os movimentos sociais se organizam para denunciar durante as eleições vindouras parlamentares que votaram medidas que retiram direitos, tais como a PEC da Morte (EC 95), a Terceirização e a Reforma Trabalhista, seu lema é "quem votou, não volta". Trata-se de apresentar ao eleitorado em cada estado brasileiro e no DF quem votou favorável às medidas propostas por Temer para que eles não sejam mais eleitos.

A mobilização da sociedade civil organizada para enfrentar a corrupção eleitoral terá que se ocupar também do acompanhamento do Judiciário, inclusive eleitoral, para que este não intervenha no processo de forma a influenciar seu resultado. Assim como em outras eleições a criação de comitês 9840 contribuíram para fiscalizar as eleições, a criação de comitês populares em defesa da democracia e garantia de eleições limpas, que respeitem a vontade do eleitor poderá ser muito importante nas eleições desse ano.

A INTERVENÇÃO MILITAR FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Como outras ações não fundadas no Estado Democrático de Direito e na perspectiva de garantir direitos e dignidade, sobretudo aos mais pobres, a intervenção configura-se como um factoide para desviar a atenção do fracasso do governo federal com relação à própria segurança pública, mas também com relação à política econômica e às diversas políticas sociais. Quando se está nessa situação, se procura bagunçar as cartas para tentar disputar novamente a narrativa que deve prevalecer na sociedade.

A intervenção é federal e poderia ocorrer com a nomeação de um interventor civil ou militar que depende do Presidente da República. A militarização já estava virtualmente presente com o decreto da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que estrutura o comando conjunto composto por militares das Forças Armadas subordinadas ao Interventor Federal e com poder de polícia. Por isso, pode afirmar que se trata de uma intervenção militar. Algumas autoridades militares entenderam que se trata de uma missão que restringe o funcionamento de instituições e de direitos. Intervenção federal militarizada aparenta-se ao Estado de Defesa ou de Sítio.

Busca criar um protagonismo de um governo federal muito fragilizado, em termos de imagem pública nacional e internacional, sobretudo, durante os do Carnaval. Em todo o Brasil foram diversas manifestações espontâneas de foliões, de blocos e outras mais estruturadas como a escola de samba Paraíso do Tuiuti. Ao mesmo tempo, de forma mais imediata, cria um biombo para o fracasso da reforma da Previdência, talvez criando uma narrativa para justificar esse fracasso ou uma narrativa até para impô-la ao longo do ano, com a cumplicidade de políticos, empresários, mídia e judiciário. Em parte, por causa do fracasso da Reforma da Previdência, o governo, para se manter ao poder, está jogando a carta da segurança pública que possui forte apelo midiático. Pela perda e falta de apoio parlamentar, é um apelo aos militares para se manter na direção do país.

A sintonia imediata dos grandes grupos de comunicação, como Rede Globo com as medidas, cria um falso clima de instabilidade da segurança pública em todo o país, base para justificar futuras iniciativas como suspender ainda mais o funcionamento regular das instituições, quem sabe suspendendo as eleições deste ano e prolongando o período do atual governo federal. A população fica dividida, mesmo compartilhando o sentimento de que algo precisa ser feito. Uma parte entende, pelas experiências ocorridas com a participação das forças armadas, que esse caminho não resolve o problema da segurança pública.

O decreto não explicita os meios que serão implementados nesta nova política de segurança pública e sobretudo do custo financeiro dessas operações. Fica escandaloso para as populações de baixa rendas o fechamento de postos de saúde e bibliotecas nas favelas quando já está se gastando e vai gastar muito mais recursos financeiros para a manutenção da ordem que significa repressão e criminalização para as populações de baixa renda. Intervenções militares custam muito mais e no passado se revelaram ineficazes. Escolas, postos de saúde e políticas de saneamento custam muito menos e são fatores de inclusão social em vez de discriminar populações que pagam pela desordem institucional do país.

Finalmente, cria a possibilidade de dar um passo a mais na militarização do país, com centralização do poder, criminalização dos movimentos populares, inibição da sociedade civil e construção de um clima institucional propício a negociações por cima, suspendendo as liberdades democráticas e funcionamento da democracia. O que fica a cada momento mais evidente é que essa intervenção, pelo que foi anunciado até aqui, poderá servir a muitos propósitos, exceto efetivamente cuidar da segurança pública.

DISCURSO DO ÓDIO

Vivemos hoje na sociedade brasileira o que vem sendo chamado de disseminação do “discurso do ódio”. Trata-se de uma situação nova historicamente, na qual a violência verbal, a intolerância, a

negação do outro, a desqualificação do interlocutor, a crueldade com relação ao próximo adquiriram contornos ameaçadores para a nossa vida em sociedade.

Esta situação veio num crescendo ao longo dos últimos anos e passou a generalizar-se por volta do período do impeachment da presidente Dilma Rousseff. O acirramento das posições políticas e ideológicas naquele momento parece ter alimentado e aprofundado esse processo de forma intensa.

Um fator que certamente influiu para a agudização desta dinâmica social foi a expansão e consolidação das redes sociais, como o facebook e grupos de WhatsApp, que vão configurando guetos de opinião uniformes, carregados de preconceito e intolerância, formando cada vez mais "bolhas de ódio" na internet. O que poderiam ser ferramentas digitais de comunicação abertas e democráticas, para as diferentes opiniões e visões de mundo serem livremente expostas, entrarem em contato, dialogarem, interagirem, se conhecerem e se transformarem mutuamente, tornaram-se o seu oposto, em grupos fechados e carregados de preconceito.

Os efeitos deste processo se fazem sentir nas famílias, nos círculos de amizade, nos ambientes de trabalho, no interior das instituições, nas escolas e universidades e até mesmo nas igrejas, gerando rompimento de reações afetivas e divisão profunda entre os grupos de pessoas. Relatos a este respeito se multiplicam e vão desde o sofrimento com a perda de antigas amizades, com a recusa do diálogo entre membros de uma família até o insulto e a intolerância em debates acadêmicos.

As grandes empresas de comunicação também tiveram, e têm ainda, um papel neste processo, ao incentivarem ou fazerem eco aos preconceitos surgidos nas redes, ao publicarem as chamadas "fake news", ou notícias falsas, aplicando o conceito de "pós-verdade", ou do uso assumido da mentira noticiada como arma política.

Essas práticas, já disseminadas pelo mundo, marcaram as últimas eleições norte-americanas e devem pesar nos processos eleitorais de agora em diante em qualquer país, sendo que aqueles que defendem a manipulação indiscriminada das "bolhas de opinião" e das "fake news" afirmam que, com tais tecnologias digitais, podem influir em, pelo menos, dez por cento dos resultados eleitorais.

Na grande mídia, as práticas de manipulação do preconceito, do incentivo à intolerância e à discriminação não se resumem aos programas de notícias, mas ocorrem também nas novelas, nos programas policiais, ao longo da programação diária e até mesmo nos programas de humor. Recentemente, um programa humorístico da mais conhecida rede de televisão brasileira ridicularizou um religioso católico em sua prática sacerdotal.

A realidade é que o ódio vem sendo disseminado na sociedade brasileira de maneira perigosa, baseado no ímpeto de destruição do outro, do diferente e, não raro, este ódio transborda dos nichos da internet para as ruas, produzindo situações de violência real, particularmente contra os mais vulneráveis, como moradores de rua, mulheres, jovens negros, indígenas, migrantes e população LGBT.

Estamos agora em plena Campanha da Fraternidade 2018, cujo tema "Fraternidade e Superação da Violência" deve nos desafiar a compreender melhor as raízes estruturais assim como as determinantes conjunturais da violência na nossa sociedade, para que nos grupos e comunidades junto aos quais trabalhamos possam surgir boas propostas coletivas e ações efetivas com vistas à sua superação.

"28. *A violência direta pode ter formas sutis sem, com isso, tornar-se menos danosa. Nos tempos recentes, potencializadas pelas tecnologias digitais de comunicação e de informação, as redes sociais têm contribuído para dar visibilidade à violência expressa sob a forma de preconceito ou ódio de classe, de raça, de gênero, de política e até mesmo de intolerância religiosa*." (Texto-Base Campanha da Fraternidade 2018, pág. 19)

Com estudos, diálogos e reflexões em grupos e comunidades, a partir de afirmações como esta acima, sempre marcados pela escuta respeitosa, pela liberdade de opinião e pela construção coletiva de ações transformadoras da realidade, a Campanha da Fraternidade 2018 poderá dar uma contribuição significativa para as conquistas civilizatórias pela sociedade brasileira.

MOVIMENTOS SOCIAIS FORTALECENDO A UNIDADE

Estão acontecendo muitas iniciativas das organizações sociais em vista de fortalecer a unidade nos diferentes espaços de mobilização. Esta perspectiva de unidade dá-se no sentido de somar as forças na defesa dos direitos sociais conquistados com muita mobilização e participação social:

Fórum Social Mundial - Este evento ocorrerá em Salvador, nas dependências da Universidade Federal da Bahia, nos dias 13 a 17/03. É o encontro da diversidade das lutas! Os sonhos da humanidade hoje se defrontam com muitos fundamentalismos que produzem guerras, violências e xenofobias e, também, com sistemas de dominação com suas novas formas de golpear liberdades e democracias. A capacidade de resistir é violentamente desafiada. Assim, o Fórum Social quer ser o espaço de construção de unidade para reunir sua diversidade de lutas, somar forças para impulsionar mudanças e apontar caminhos para a resistência. No dizer de Chico Whitaker: "*O desafio do Fórum Social Mundial é continuar a criar condições para o reconhecimento mútuo e para a superação de preconceitos, da competição e da desconfiança entre movimentos sociais, para facilitar a identificação de convergências e a construção de alianças, sem hegemonias e no respeito às diferenças nos tipos de ação e nas estratégias, evitando sua manipulação por organizações, governos ou partidos políticos*".

Fórum Alternativo Mundial das Águas – FAMA - É um evento internacional, democrático e que pretende reunir mundialmente entidades da sociedade civil, de defesa do meio ambiente, de representação sindical de trabalhadores, movimentos sociais e populares que lutam em defesa da água como direito elementar à vida. Este evento pretende unificar a luta contra a tentativa das grandes corporações em transformar a água em uma mercadoria, privatizando as reservas e fontes naturais de água, tentando transformar esse direito em um recurso inalcançável para muitas populações, que, com isso, sofrem exclusão social, pobreza e se vêm envolvidas em conflitos e guerras de todo o tipo. Acontece simultaneamente ao "Fórum Mundial da Água" (17 a 22/03), que é um encontro promovido pelos grandes grupos econômicos que defendem a privatização das fontes naturais e dos serviços públicos de água. O FAMA quer promover discussões e atividades que ajudem a contrapor a visão puramente mercantilista, entendendo a água como um direito e não mercadoria, bem comum da humanidade e de todos os seres vivos.

Campo Unitário dos Movimentos Populares do Campo, das Águas e das Florestas - Da mesma forma, há um processo em construção do CAMPO UNITARIO de todos os movimentos de trabalhadores rurais que existem no Brasil, visando construir ações conjuntas que possam fortalecer a unidade e responder aos desafios impostos à classe trabalhadora. Diante da brutal conjuntura que retira direitos e conquistas do povo e criminaliza as ações dos movimentos de defesa dos povos da terra, das águas e das florestas, que se apropria da terra, água, alimentos, sementes, biodiversidade, aumentaram os desafios e tem exigido o fortalecimento das ações e a construção de uma unidade da classe trabalhadora para atuar no sentido de enfrentar, confrontar e não se isolar.

Há muitas atividades que estão sendo organizadas para fortalecer o Campo Unitário: mobilizações locais contra a Reforma da Previdência; atenção às pautas de julgamento no STF, que ataca os direitos dos trabalhadores, que deverão ser julgadas nos próximos meses; pautar de forma permanente a tema da segurança e da violência no campo, contra os trabalhadores; assumir, junto com a CNBB, as Pastorais Sociais, a realização da próxima Semana Social Brasileira.

O JUDICIÁRIO BRASILEIRO: A SERVIÇO DE QUEM?

Os estados contemporâneos costumam ser organizados em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Cada um possui uma atividade fim própria e de forma secundária desenvolve atividades comum aos demais. Há um sistema de pesos e contrapesos que garante algum processo de fiscalização de um poder sobre o outro. A função jurisdicional é a função fundamental do judiciário, que também exerce a função executiva, pois gerencia toda a máquina administrativa

do próprio poder judiciário e a função legislativa ao estabelecer, dentro da lei, as normas internas que devem reger o seu próprio funcionamento. Elabora suas propostas orçamentárias conforme os limites da Lei das Diretrizes Orçamentárias e possui autonomia funcional, administrativa e financeira. Tudo isso para evitar que ingerências políticas de outros poderes possam influenciar as decisões tomadas pelos magistrados.

Os magistrados, assim como os membros do Ministério Público, além dos altos salários e férias anuais de 60 dias, possuem um conjunto de dispositivos institucionais como vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios para assegurar a independência, liberdade e imparcialidade diante dos órgãos alheios ao poder judiciário e aqueles internos à organização judiciária. Isso é o que pode ser encontrado nas normas e manuais instrucionais sobre o judiciário.

O sistema parece feito para funcionar adequadamente e o resultado da ação dos agentes do judiciário deveria conformar-se com o que se espera ser a garantia da justiça. Todavia, nos últimos anos há uma avalanche que questionamentos sobre o funcionamento do judiciário. Além de um crescimento na visibilidade de práticas de corrupção que também são comuns a outros poderes, cresce uma exacerbada ideologização de decisões que beneficiam a manutenção de uma sociedade de classes com forte desigualdade social e econômica. Há um forte debate sobre o quanto o judiciário brasileiro tem avançado em matérias que seriam de responsabilidade e autonomia dos demais poderes e sobre a resistência de magistrados ao projeto de lei que combate os abusos de poder cometidos por servidores públicos. Os magistrados deveriam ser os primeiros a serem favoráveis ao projeto, sobretudo, pelo fato de quem julgará tais situações, serão os próprios membros do poder judiciário.

Há uma queixa que se arrasta há alguns anos sobre a morosidade da justiça brasileira. Há dados que parecem comprovar essa lentidão, porém não sinalizam que a culpa estaria na ação dos magistrados. É polêmica qualquer resposta sobre as razões da lentidão do judiciário brasileiro, porém três fatores parecem se destacar no debate, ainda que provoquem divergências: a) excesso de demandas e atribuições; b) quantidade insuficiente de magistrados e servidores; e c) o "tempo de gaveta" quando o processo fica parado em alguma burocracia.

Quando se deseja criticar a morosidade na ação do judiciário alguns casos são exemplares. O mensalão tucano em Minas Gerais refere-se a crimes cometidos em 1998. Segundo o Ministério Público houve desvio de recursos públicos para irrigar a campanha à reeleição de Eduardo Azeredo ao governo de Minas. Das 15 pessoas denunciadas, 12 acusados tornaram-se réus em 2009, mas apenas 01, o ex-governador, foi condenado em primeira e segunda instância. Todavia em função de embargos o julgamento ainda não foi concluído. Caso seja culpado e o julgamento não ocorra até setembro de 2018, irá prescrever.

Um inquérito contra o presidente do PMDB, senador Romero Jucá (PMDB-RR) referente a suposto recebimento de propina em obras do município de Cantá (RR) foi arquivado recentemente por prescrição depois de 14 anos tramitando no STF. Um dos capítulos desse processo foi o pedido de vistas do Ministro Gilmar Mendes em 2006 e que só devolveu o processo em 2009. Depois disso, o processo ainda demorou mais dois anos para entrar na pauta. O senador ainda responde a outros inquéritos no STF que podem seguir o mesmo caminho.

No plano de uma maior visibilidade política, assistimos dois processos que parecem semelhantes, mas possuem suas distinções: a judicialização e o ativismo judicial. Enquanto o primeiro tem relação com o fato de que diferentes atores sociais acabam por canalizar ao judiciário a resolução de situações que poderiam, mas que não conseguiram solucionar. O magistrado é colocado na situação de derivar de uma norma mais ampla, uma resposta específica. O juiz é provocado a decidir e entende não haver possibilidade de não o fazer.

No ativismo judicial o que assistimos é uma postura proativa e criativa dos tribunais expandindo uma interpretação da Constituição em determinado sentido. Nesses casos, costuma-se facilmente antecipar uma formulação de lei que caberia ao legislativo e que não deveria ser substituído nesse papel finalístico de sua atividade. Ainda que se diga que o ativismo judicial é resposta coerente com a finalidade do judiciário numa situação em que o poder público não executa as políticas que deveria executar, a exacerbação desse ativismo cria uma situação de, por vezes, alimentar um

continuado sentimento de insuficiência dos demais poderes e consequente necessidade de atuação judicial.

Esse é um círculo vicioso que tende a esvaziar a esfera política participativa e representativa. Há quem defenda algum ativismo judicial, quando esse ocorre na garantia de direitos fundamentais, mas que se opõe ao que considera desvirtuamento na forma com é praticado no Brasil. Quando o STF decidiu sobre aborto, união afetiva de homossexuais ou fidelidade partidária, mesmo entre defensores dessas pautas, há questionamentos sobre o método, dado que a ação judiciária teria conflitado com a legislativa.

Outro tema referente ao judiciário e que desgasta sua imagem tomou as páginas dos jornais nos últimos tempos: o recebimento do auxílio moradia pelos juízes e membros do Ministério Público. A Lei Orgânica da Magistratura estabelece o direito de receber o auxílio moradia daqueles que não possuem moradia própria e nem de cônjuge no lugar em que são enviados a trabalhar. O auxílio seria uma indenização àqueles que se encontram nessa situação. No final de 2014 uma decisão monocrática no STF estendeu o benefício a todos os juízes federais. Esse evento ampliou a crise sobre o judiciário, pois quem deveria cuidar do respeito à lei é pego se servindo de subterfúgios ilegais para ter benefício indevido.

Segundo dados publicados na imprensa, em Brasília, 80% dos juízes recebem acima do teto constitucional[1] e os juízes do Rio de Janeiro seriam campeões em penduricalhos[2]. De modo geral, em muitos estados os magistrados têm direito a auxílio-moradia, auxílio-saúde, auxílio pré-escola, auxílio-educação, auxílio-alimentação e auxílio-transporte. Em Minas Gerais[3] magistrados e membros do Ministério Público Estadual recebem o auxílio-saúde, equivalente a 10% do salário, variando de R$ 2.612,51 a R$ 3.047,11. Com esses "penduricalhos" e outros a imprensa[4] divulgou em dezembro que 71,4% dos magistrados dos Tribunais de Justiça tiveram rendimentos superiores aos R$ 33.763,00 pagos aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), portanto, acima do teto constitucional. Algumas ações da presidente do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Carmen Lúcia, tem permitido maior transparência sobre esses e outros gastos dos tribunais.

Os grandes grupos econômicos que dominam os principais meios de comunicação começaram, nos últimos dias, uma campanha contra o judiciário, sobretudo, em cima dos altos salários e do recebimento do auxílio moradia. Não pouparam sequer os magistrados que tem tido destaques na operação *lava jato*. As reações do judiciário foram demasiadamente corporativas e nenhuma delas analisou que o judiciário estaria sendo vítima do mesmo falso moralismo que ajudou alimentar nos últimos anos ao tornar o combate à corrupção como um *fetiche.*

Por vezes, o discurso político de dirigentes do judiciário coloca em dúvida sua suposta imparcialidade jurídica. O discurso da presidente do STF na abertura dos trabalhos do judiciário desse ano junto com outras declarações anteriores de que o STF se apequenaria se mudasse alguma regra sobre prisão após decisão de segunda instância é uma dessas manifestações, pois não houve semelhante reação quando o oficial de justiça foi impedido de notificar Renan Calheiros da decisão do STF de afastá-lo da presidência do Senado Federal. Renan desobedeceu à ordem do STF e este retrocedeu em sua decisão de afastá-lo. O STF até hoje não julgou a ação que questiona a legitimidade do Impedimento da ex-presidente Dilma. Ecoam críticas que relembram o diálogo ocorrido entre o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado e o senador Romero Jucá sobre o suposto acordo para retirar a presidente Dilma onde este usou a expressão "com o Supremo, com tudo".

---

[1] http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/em-brasilia-80-dos-juizes-recebem-acima-do-teto-constitucional-veja-lista-com-valores-de-novembro/

[2] http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/juizes-do-rio-de-janeiro-sao-campeoes-em-penduricalhos/

[3] https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/07/24/interna_politica,886053/tribunal-de-justica-de-minas-tem-mais-regalias-que-o-stf.shtml

[4] https://oglobo.globo.com/brasil/com-extras-71-dos-juizes-do-pais-recebem-acima-do-teto-de-33-mil-22201981https://oglobo.globo.com/brasil/com-extras-71-dos-juizes-do-pais-recebem-acima-do-teto-de-33-mil-22201981

O Ministro Gilmar Mendes é, talvez, o caso mais emblemático de ativismo jurídico e político no STF. Tornou-se alvo de pedidos de impeachment protocolados no senado. Em um dos pedidos ele é acusado de ser rigoroso demais com alguns e extremamente leniente com outros. Também se envolveu em debates públicos em diversas ocasiões sobre matérias que ou estão ou poderão estar sob sua análise, como os que travou com o ex-procurador geral Rodrigo Janot. Na presidência do TSE coube a ele o voto de minerva que absolveu a chapa Dilma-Temer em 2017 em meio a muitas polêmicas. Há questionamentos, inclusive, se não haveria mistura entre suas funções de magistrado que exigem dedicação exclusiva (com exceção para alguma atividade de magistério) e de empresário do ramo educacional.

O mais recente questionamento ao judiciário é o julgamento do ex-presidente Lula no caso do Triplex do Guarujá. Além do modo midiático de atuar interagindo com grandes meios de comunicação, algumas "inovações" em direito penal teriam sido incorporadas tanto pelo Ministério Público quanto pelo juiz de Curitiba e juízes do TRF4 para possibilitar a condenação em primeira e segunda instância. Na segunda instância ainda houve questionamentos quanto à rapidez da tramitação do processo. Questionamentos a diversos aspetos do processo e das sentenças são feitos por diversos juristas no Brasil e no Exterior. Jornais de diversos países noticiaram o julgamento e ao mesmo tempo em que muitos consideram o julgamento como resultado da normalidade jurídica, há um número expressivo de juristas que avaliam como sendo um jogo de cartas marcadas.

Uma recente decisão de uma juíza da 2ª Vara de Execução e Títulos no Distrito Federal determinando a penhora dos bens da OAS e incluindo neles o tríplex do Guarujá reforçam as dúvidas sobre o processo e sentença. Dúvida que é ampliada pelo "silêncio ensurdecedor" do judiciário e da grande imprensa sobre as declarações, entrevistas a diferentes veículos de imprensa do advogado da Odebrecht, Rodrigo Tacla Durán, que está respondendo processo em liberdade na Espanha. Em seu depoimento à CPI da JBS, no final de novembro de 2017[5], fez uma série de acusações ao juiz Sérgio Moro sobre os métodos usados para conseguir delações premiadas e outras irregularidades. Praticamente não houve repercussão da grande mídia sobre esse depoimento.

Também não houve repercussão em 2017 o livro com artigos de 122 advogados e juristas apontando inconsistências jurídicas na sentença e agora em Janeiro o livro do filósofo Euclides Mance que analisou a sentença condenatória no caso do Triplex e mostrou como existem vários erros na argumentação da sentença que podem ser julgados como paralelismos ou falácias. Esse silêncio e a falta de contestação de suas análises ampliam as dúvidas sobre a sentença.

Existem várias denúncias de lideranças populares sobre a participação do judiciário brasileiro no processo de criminalização dos movimentos sociais e na cultura do encarceramento em massa. Em um país ainda com mentalidade escravocrata e latifundiária presente em alguns estratos sociais parcelas significativas da população tem seus direitos básicos negados. Em sua luta para garantir vida com dignidade precisam, muitas vezes, agir em desconformidade com legislações também injustas. Mesmo que em instâncias superiores pessoas engajadas em lutas sociais consigam algumas vitórias, é preocupante como nas primeiras instâncias questões e conflitos sociais tem sido tratados como caso de polícia.

Temos a terceira maior população carcerária do mundo (726.712 pessoas presas[6]) só perdendo para Estados Unidos e China e estamos em tendência de crescimento. Em janeiro de 2017 havia 564.198 mandatos de prisão expedidos e aguardando cumprimento. O Brasil tem a quinta maior população carcerária feminina do mundo e assistiu a um crescimento de 567,4% entre 2000 e 2014 [7]. Condenações por tráfico de drogas tem representado 58% das prisões femininas, o que é um exagero quando se verifica que a ação das mulheres em muitos casos é uma ação de coadjuvante e sem representar algum perigo social. Em reunião recente com algumas organizações sociais, a presidente

[5] https://www.revistaforum.com.br/leia-integra-do-depoimento-de-tacla-duran-o-homem-que-desnudou-moro/

[6] http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/encarceramento-em-massa-e-o-mito-de-quem-nao-ve/

[7] http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/06/judiciario-aprisiona-em-massa-mulheres-por-crimes-sem-violencia

do STF rejeitou categoricamente a existência do encarceramento em massa como modo de funcionamento do judiciário. Neste contexto se faz necessária uma análise sobre até que ponto existiria ou não uma cultura de encarceramento em massa nos tribunais brasileiros.

Não são poucos os casos de encarceramento que podem ser considerados abusivos, como um caso há poucos anos em um processo de um condenado pelo furto de cinco barras de chocolate chegou ao STF após passar pelas três instâncias anteriores. O acusado havia sido sentenciado em primeira instância à pena de um ano e quatro meses de reclusão. Outro caso seria uma decisão de um juiz do STJ no ano passado que negou um pedido de *habeas corpus* para uma mulher condenada a três anos, dois meses e 10 dias de prisão pelo furto de ovos de Páscoa e um quilo de frango.

Revelar o quanto o judiciário é um poder da república e, portanto, tão político como os demais poderes pode ser importante para que a sociedade fique sempre alerta sobre as ações do judiciário, assim como dos demais poderes. A necessária independência com relação a ingerências de atores políticos e econômicos não afasta o fato de que cada juiz decide conforme seus valores e visão de mundo condicionando suas sentenças. Decisão de juiz se cumpre, mas também se diverge e se debate. A Legalidade pode estar garantida no ato do juiz que decide em coerência com uma norma institucionalizada, mas a legitimação da decisão é dada pelo povo do qual emana o poder institucional. Não se trata de uma dualidade e sobreposição de uma sobre a outra, mas de uma complementariedade entre legalidade e legitimidade. Trata-se mais de denunciar uma aplicação da lei com uma formalidade legal (interpretativa) que anula ou esvazia o espírito da lei, tirando sua legitimidade. Uma decisão pode ser legal, mas não ser legítima, pois esta responde a ideais, fundamentos e princípios de uma coletividade.

SUGESTÕES PARA O APROFUNDAMENTO DA ANÁLISE DA CONJUNTURA

Após uma rápida análise de conjuntura que perfaz a complexa situação do nosso país no momento atual, pode ser interessante uma complementação através de questionamentos de duas destacadas publicações em circulação no país que estudam a história brasileira até os nossos dias. Elas contribuem para compreender melhor a moldura na qual se movimentam as forças política e econômicas dentro da conjuntura:

- ***A elite do atraso****, da escravidão à lava jato*, do sociólogo Jessé Sousa. Um livro que analisa o pacto dos donos do poder para perpetuar uma sociedade cruel forjada na escravidão (o livro mais vendido nas últimas semanas), Editora Leya, 2017.

- ***A oligarquia brasileira****, visão histórica*, editora Contracorrente, 2017, do jurista Fábio Konder Comparato. Diz o autor na introdução: ”*o presente livro é uma modesta contribuição ao conhecimento da sociedade brasileira, através do seu passado e na perspectiva do seu futuro. Ele representa um ensaio de diagnóstico sobre a enfermidade que nos acomete desde o nascimento e, com base nele, do prognóstico em relação ao nosso porvir*”.

Comenta Jessé Sousa logo no início do livro:

“*Este livro foi escrito para ser uma leitura historicamente informada da conjuntura brasileira. A crise brasileira atual é também e antes de tudo uma crise de ideias. Existem ideais velhas que nos legaram o tema da corrupção na política como nosso problema nacional... Nossa corrupção real, a grande fraude que impossibilita o resgate do Brasil esquecido e humilhado está em outro lugar, e é construída por outras forças. São essas forças, tornadas invisíveis para melhor exercer o poder real, que o livro pretende desvelar. Essa é a nossa elite do atraso*”.

Em síntese, defende ainda o autor: ”*Nós brasileiros somos filhos de um ambiente escravocrata, que cria um tipo de família específico, uma justiça específica, uma economia específica. Aqui vale tomar a terra de outros à força para acumular capital, como acontece até hoje, e condenar os mais frágeis ao abandono e à humilhação cotidiana. Isso é herança escravocrata e não portuguesa... Por conta disso, até nossos dias, reproduzimos padrões de sociabilidade escravagistas,*

como exclusão social massiva, a violência indiscriminada contra os pobres, chacinas contra pobres indefesos"... (cf. págin 208).

Fábio Comparato em grandes linhas:

"*Três séculos de escravidão e a instituição não oficial do latifúndio como senhorios, atribuindo aos respectivos senhores poder absoluto sobre todos os que lá viviam, incutiram na mentalidade coletiva a ideia de que uns nascem para mandar, outros para obedecer. Não por acaso, o regime oligárquico sempre existiu no Brasil como um fato natural*", analisa o autor.

Comparato ao terminar sua densa e rica análise, tentando ditar um prognóstico sombrio sobre o futuro do Brasil relembra a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

Na análise prospectiva, Fábio Comparato insiste em alguns pontos desafios:

- Claro que o regime oligárquico sempre existiu no Brasil como um fato natural, embora nunca oficialmente reconhecido. Não se trata, porém, daquela oligarquia tradicional, em que o poder supremo pertence exclusivamente à minoria de abastados, mas, sim de uma coligação oligárquica, típica do capitalismo, na qual a classe rica permanece sempre unida aos principais agentes do Estado, ficando o povo à margem de todas as decisões;

- Mostra como há mudanças em foco ocasionando celeridade nas transformações institucionais e o abandono sistemático das tradições. Cita como exemplo das transformações a substituição da força-trabalho pela robótica no campo da produção empresarial, com grande avanço do desemprego. Numa estimativa da Universidade de Oxford 47% dos atuais empregos vão desaparecer no mundo nos próximos 25 anos.

E recorda: "*No bojo do capitalismo financeiro o poder de comando das empresas torna-se impessoal, pois está praticamente nas mãos de gestores anônimos de fundo de investimentos*".

Insiste, contudo, com força, que "*em momento algum da nossa história, o povo brasileiro teve participação, ainda que reduzida, no exercício da soberania ou poder supremo*".

Finaliza seu livro com um grande desejo: "*Oxalá saibamos organizar, paralelamente aos partidos políticos, movimentos que abram a consciência do povo para a nossa realidade política, que sempre foi avessa aos princípios fundamentais da Republica, da Democracia e do Estado de Direito*".

Colaboraram na Análise da Conjuntura: Pe. Thierry Linard SJ, Daniel Seidel,
Frei Olávio Dotto, Pe. Ernanne Pinheiro, Paulo Maldos,
Pe. Paulo Renato e Pedro Gontijo.